

**1 ATA DA CENTÉSIMA SEPTUAGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO
2 EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO CURADOR – CONSÓRCIO
3 INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO PARANAPANEMA – CISMEPAR.**

4 Aos dezoito dias do mês de setembro de dois mil e vinte e cinco, às quatorze horas, no
5 auditório do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Paranapanema - Cismepar,
6 localizado na Travessa Goiânia, cento e cinquenta e dois - Londrina/PR, realizou-se a
7 centésima septuagésima segunda reunião do Conselho Curador para deliberar assuntos
8 constantes na pauta. Para este expediente fizeram-se presentes na categoria Secretários de
9 Saúde (as): Beatriz Fabiano (Alvorada do Sul); Talita Maria Bengozi Gozi (Cambé); Fabiano
10 Fachina (Florestópolis); Alex Fernandes Monteiro (Guaraci); Leiliane de Jesus de Martini
11 Lopes Vilar (Ibiporã); Angela Maria Menezes (Jataizinho); Vivian Biazon El Reda Feijó
12 (Londrina); Maria Aparecida dos Santos (Pitangueiras - procuração); Arilda Batista de Araújo
13 (Porecatu); Marilia Gabriela Salgado Alves (Prado Ferreira); Erika Fernanda dos Santos
14 Bezerra Ludwig (Rolândia); Giovana Zanin Martins Silva (Sertanópolis); Viviane Granado
15 Barreira da Silva (Tamarana). Também participaram da reunião como ouvintes os
16 representantes da diretoria executiva do consórcio. **Ordem do dia:** Anteprojeto de resolução
17 – Alteração PLACIC e PAA/Dois mil e vinte e seis (Atualização populacional IBGE – data de
18 referência primeiro de julho de dois mil e vinte e cinco); Anteprojeto de resolução –
19 Realização de convênio com instituições financeiras para a realização de empréstimos
20 consignados e em folha de pagamento para os trabalhadores do Cismepar; Anteprojeto de
21 resolução – Autorização para abertura de crédito especial no orçamento do exercício
22 financeiro de dois mil e vinte e cinco, referente dotação na fonte rateio (um zero seis nove)
23 para complemento atendimento contratualização para exercício de dois mil e vinte e cinco;
24 Anteprojeto de resolução - autorização para abertura de crédito especial no orçamento do
25 exercício financeiro de dois mil e vinte e cinco, referente dotação para incremento temporário
26 ao custeio dos serviços da Atenção Especializada à Saúde – Portaria n.º GM/MS três mil,
27 seiscentos e quatro no exercício de dois mil e vinte e cinco; PEC precatórios (Parcelamento
28 dívida INSS Patronal); Readequação dos exames da Contratualização; Matriciamento do
29 Qualicis com os serviços de saúde; Números de acompanhantes em consulta médica; Outros
30 assuntos de interesse do Consórcio; Informes. O Sr. Diego cumprimentou a todos e iniciou
31 com o Anteprojeto número um – apresenta a proposta de alteração da Resolução número
32 trezentos e setenta e três de dois mil e vinte e cinco em razão da publicação da atualização do
33 Censo Demográfico, referente a dezembro de dois mil e vinte e quatro, divulgada em primeiro
34 de julho de dois mil e vinte e cinco, a qual impactou na atualização da população de
35 referência utilizada para o cálculo do PLACIC, e PAA. A população total passou de
36 novecentos e setenta e cinco mil, trezentos e quarenta e três habitantes para novecentos e
37 oitenta mil, cento e setenta e oito habitantes, gerando uma diferença de quatro mil, oitocentos
38 e trinta e cinco habitantes e um impacto financeiro de cem mil, trezentos e setenta e quatro
39 reais. Após discussão, os secretários manifestaram-se favoráveis ao anteprojeto de resolução.
40 Anteprojeto número dois – Na sequência, foi apresentada a proposta de alteração da
41 Resolução número trezentos e setenta e quatro de dois mil e vinte e cinco, que dispõe sobre o
42 Plano Aplicação Anual, em razão da mesma atualização censitária divulgada em primeiro de
43 julho de dois mil e vinte e cinco, referente a dezembro de dois mil e vinte e quatro. Após
44 discussão, os secretários manifestaram-se favoráveis ao anteprojeto de resolução. Anteprojeto
45 número três – Foi apresentada a proposta de alteração da Resolução número trezentos e oito
46 de dois mil e vinte e um, que dispõe sobre a autorização para realização de convênios com
47 instituições financeiras. A demanda teve origem em solicitação dos trabalhadores, visando a
48 possibilidade de contratação de empréstimos consignados junto a empresa credenciada, com
49 desconto em folha de pagamento. Na alteração proposta, além da modalidade de empréstimos,

50 acrescentou-se também a possibilidade de realização de financiamentos por meio do crédito
51 consignado, direcionado exclusivamente aos trabalhadores vinculados ao Cismepar,
52 ampliando assim as alternativas de acesso a crédito. Após discussão, os secretários
53 manifestaram-se favoráveis ao anteprojeto de resolução. Anteprojeto número quatro – Foi
54 apresentada a proposta que dispõe sobre a autorização para abertura de crédito especial no
55 orçamento do exercício financeiro de dois mil e vinte e cinco, referente à dotação na fonte de
56 rateio de número mil e sessenta e nove, destinada ao complemento do atendimento da
57 contratualização para o exercício de dois mil e vinte e cinco. O valor do crédito especial a ser
58 aberto corresponde a cento e trinta mil e quatrocentos reais, montante necessário para suprir
59 as despesas. Após discussão, os secretários manifestaram-se favoráveis ao anteprojeto de
60 resolução. Anteprojeto número cinco – Foi apresentada a proposta de abertura de crédito
61 especial no orçamento do exercício financeiro de dois mil e vinte e cinco, em decorrência do
62 recebimento de recurso previsto na Portaria número três mil, seiscentos e quatro, oriundo do
63 Ministério da Saúde. O valor do crédito corresponde a cem mil reais, a ser alocado como
64 custeio, via Município de Londrina, com finalidade de utilização em despesas classificadas
65 como serviços de terceiros, especialmente voltados à realização de exames. Após discussão,
66 os secretários manifestaram-se favoráveis ao anteprojeto de resolução. Anteprojeto número
67 seis – O Sr. Diego informou que este anteprojeto não havia sido encaminhado juntamente com
68 a convocação, ficando os secretários à vontade para deliberar. Foi apresentada proposta de
69 criação do atendimento por telemedicina, no valor de trinta e três reais por consulta,
70 encaminhada a pedido do município de Londrina. Também foi discutida a adequação dos
71 valores de fisioterapia, que em sua maioria sofreram acréscimo de vinte para vinte e cinco
72 reais. O atendimento domiciliar, por exemplo, passará de vinte e sete para quarenta reais,
73 enquanto a média de mercado pesquisada varia entre setenta e oitenta reais. Destacou-se que
74 alguns atendimentos, anteriormente fixados em valores muito baixos (cinco ou seis reais),
75 foram reajustados. Houve questionamento quanto aos parâmetros de comparação utilizados,
76 citando-se consórcios de Apucarana, Cornélio Procópio e Curitiba, sendo esclarecido que os
77 valores foram sugeridos pelo conselho profissional e considerados atrativos. A proposta de
78 telemedicina prevê que a empresa forneça o sistema e realize a integração com os municípios,
79 de modo que as consultas fiquem vinculadas à produção municipal. A consulta virtual
80 possibilitará a realização de anamnese, emissão de atestados e encaminhamentos em casos
81 simples, evitando deslocamentos desnecessários. O serviço funcionará de forma semelhante a
82 credenciamento, sendo facultativa a adesão de cada município. No tocante aos sistemas de
83 informação, discutiu-se a dificuldade de integração e as limitações de plataformas como o
84 CARE, ressaltando-se a necessidade de prontuário eletrônico compatível com a regulação e
85 com a divisão proporcional entre municípios. Relatou-se que, apesar de tratativas desde dois
86 mil e quinze, ainda não se chegou a uma solução definitiva, pois as empresas consultadas
87 apresentam restrições quanto às funcionalidades exigidas. Foram mencionados exemplos de
88 outros sistemas utilizados por consórcios, como IDS e MV, sem consenso sobre adoção
89 imediata. Após discussão, os secretários solicitaram a exclusão da tabela correspondente à
90 fisioterapia, bem como a retirada do item referente a consultas médicas de profissionais
91 generalistas para atendimento na atenção primária por meio da telemedicina. Com as devidas
92 alterações, os secretários manifestaram-se favoráveis ao anteprojeto de resolução. **PEC dos**
93 **precatórios** – Foi prestado informe acerca da dívida do Consórcio perante o Instituto
94 Nacional do Seguro Social – INSS, decorrente de processo tributário. Informou-se que o valor
95 atualizado do débito é de trinta e sete milhões, quatrocentos e quinze mil reais. Recordou-se
96 que, em momento anterior, havia a possibilidade de adesão a parcelamento junto à
97 Procuradoria, no montante de quarenta e cinco milhões de reais, em até seis parcelas, sem
98 juros, mas a proposta não foi concretizada. Na sequência, destacou-se que a aprovação da

99 PEC número cento e trinta e seis de dois mil e vinte e três trouxe nova alternativa de
100 parcelamento em até trezentos meses, com isenção de multas e juros, e entrada
101 correspondente a vinte por cento do débito. Salientou-se, ainda, que o Consórcio dispõe
102 atualmente de cerca de seis milhões de reais em caixa, além de outros dois milhões de reais já
103 pagos em parcelamento anterior, cujo reembolso está sendo requerido, totalizando
104 aproximadamente oito milhões de reais que poderão ser utilizados conforme decisão dos
105 prefeitos. Diante dessa informação, os secretários de saúde sugeriram que o montante de oito
106 milhões de reais seja utilizado para investimento nos atendimentos e serviços de saúde do
107 Consórcio, e não para quitação ou abatimento da dívida com o INSS. Ficou registrado que a
108 decisão final sobre a utilização desses recursos caberá à Assembleia de Prefeitos, após a
109 publicação da portaria regulamentadora pelo INSS, ocasião em que serão apresentados
110 cenários comparativos para subsidiar a deliberação. **Planejamento de Custeio e Oferta de**
111 **Procedimentos** – Na reunião, a Sra. Talita aproveitou o espaço para registrar preocupação
112 quanto ao fluxo de informações e à forma como os municípios têm sido comunicados das
113 mudanças. Recordou que, em reunião extraordinária realizada no final de junho ou início de
114 julho, havia sido ventilada a proposta de destinar um milhão e quinhentos mil reais aos
115 hospitais e cerca de setecentos mil reais para custeio do déficit existente. Destacou ainda que
116 essa situação gerou descrença no planejamento originalmente discutido e reforçou que a falta
117 de clareza e atualização das informações prejudica o trabalho dos secretários municipais, que
118 retornam a seus municípios transmitindo expectativas que não se concretizam. O Sr. Diego
119 explicou que a redução da oferta de procedimentos ocorreu porque, há cerca de dois meses,
120 houve diminuição na fila de consultas, o que resultou em finalização dos exames
121 correspondentes somente agora. Destacou que os recursos disponíveis nem sempre são
122 suficientes para manter a demanda integral, o que ocasiona períodos de redução. A Sra.
123 Vivian destacou que a limitação da oferta também gerou dificuldades para Londrina,
124 considerando a dependência do Hospital de Clínicas em noventa por cento dos casos.
125 Ressaltou que a solução passa pela utilização das emendas já recebidas, pela busca de novas
126 fontes (como emendas individuais ou de bancada) e pela ampliação de programas como o
127 Qualicis, que apresenta metas subutilizadas. Informou ainda que Londrina será responsável
128 pela regulação da oferta vinculada à emenda, em proporção de cinquenta e oito por cento para
129 Londrina e quarenta e dois por cento para os demais municípios, com previsão de cento e
130 trinta e cinco aparelhos auditivos/mês a partir do aditivo de oitocentos e sessenta e um mil
131 reais. Reforçou a necessidade de transparência e agilidade, propondo que, caso haja
132 dificuldades, sejam realizadas reuniões extraordinárias (presenciais ou online) para ajustes
133 imediatos. Foi reiterado que o consórcio deve atuar de forma integrada, buscando soluções
134 conjuntas, inclusive com articulação política para novas emendas parlamentares. Quanto as
135 alterações no programa Qualicis, a Sra. Ana Paula lembrou que ofício sobre a alteração do
136 diagnóstico do PRI (Planejamento Regional Integrado) foi encaminhado em março, sem
137 resposta formal até o momento, o que dificultou a inclusão da Nefrologia no processo. A Sra.
138 Jeniffer respondeu que está sendo finalizado novo ofício consolidando as alterações a serem
139 encaminhadas para aprovação na regional. **Matriciamento Qualicis** – A Sra. Jeniffer
140 informou que o mapeamento do Qualicis será realizado no dia vinte e quatro de setembro,
141 contemplando os municípios de Bela Vista, Sertanópolis, Pitangueira, Miraselva e Guaraci.
142 Destacou-se a necessidade de maior participação dos municípios no matriciamento,
143 observando que, em algumas ocasiões, as equipes locais bloqueiam suas agendas de
144 atendimento e não comparecem, o que prejudica tanto a avaliação do programa quanto o
145 cuidado integrado ao paciente. Foi solicitado apoio dos municípios para assegurar presença e
146 engajamento durante o mapeamento, reforçando a importância da integração entre equipes
147 locais e profissionais do Consórcio. **Número de acompanhantes em consulta médica** – Foi

148 discutida a recorrência de problemas relacionados à presença de acompanhantes em excesso
149 nas consultas e exames realizados no Cismepar, especialmente em atendimentos como
150 ultrassonografias, em que familiares chegam a comparecer em grande número. Relatou-se que
151 houve situações de entrada de crianças e até episódios de “revelação de sexo” em ambiente
152 clínico, o que não condiz com a finalidade do espaço de saúde. **Outros assuntos de interesse**
153 **do consórcio:** Esclarecimentos sobre a Emenda Parlamentar do Deputado Luiz Carlos Hauly
154 e Destinação de Recursos – Durante a reunião, A Sra. Vivian solicitou espaço para
155 esclarecimentos acerca da emenda parlamentar destinada pelo Deputado Luiz Carlos Hauly.
156 Ressaltou-se que, apesar dos anúncios realizados, existe um intervalo de tempo até a efetiva
157 liberação e disponibilidade dos recursos em conta. Inicialmente, o Deputado anunciou o
158 montante de nove milhões, posteriormente divulgado em vídeo como dez milhões.
159 Esclareceu-se que, na realidade, houve a soma de nove milhões com outros quatro milhões
160 anteriormente vinculados à Secretaria Municipal de Saúde de Londrina, valores estes não
161 utilizados pela gestão anterior por ausência de apresentação de produtividade. Assim, os
162 recursos efetivos atualmente disponíveis correspondem a três milhões já repassados, com
163 previsão de mais três milhões em breve e outros três milhões até o final do exercício, ainda
164 pendentes de liberação. No tocante à aplicação, foi realizada proposta de utilização dos
165 valores dentro da fila de Londrina e da Décima Regional de Saúde, contemplando
166 especialidades de maior demanda, como Gastroenterologia, Nefrologia e Cardiologia. Os
167 procedimentos priorizados foram consultas iniciais e de retorno, exames de colonoscopia,
168 endoscopia, ultrassonografia, exames bioquímicos e enema opaco, no montante de
169 aproximadamente um milhão e quinhentos mil, distribuído da seguinte forma:
170 Gastroenterologia: quatrocentos e noventa e nove mil, quinhentos e sessenta e dois reais.
171 Nefrologia: quatrocentos e noventa e cinco mil e noventa reais. Cardiologia: quatrocentos mil
172 reais. Além disso, destacou-se a destinação de trezentos mil especificamente para aparelhos
173 auditivos, com a realização de aditivo ao contrato vigente em Londrina, no valor de oitocentos
174 e sessenta e um mil, visando ampliar a oferta mensal de oitenta e cinco para cento e trinta e
175 cinco aparelhos, por um período de seis meses. Foi apresentada a distribuição de pacientes e
176 aparelhos por município, totalizando mil quatrocentos e setenta e oito pacientes e dois mil
177 oitocentos e vinte aparelhos auditivos. Ressaltou-se que os recursos de emendas
178 parlamentares têm sido fundamentais para o enfrentamento da fila e que há possibilidade de
179 cada município articular junto a seus prefeitos a destinação de novas emendas (individuais ou
180 de bancada), com valor unitário do aparelho estipulado em mil e cem reais. Informou-se ainda
181 que o aditivo contratual encontra-se na Procuradoria Geral do Município e que a partir de
182 outubro será iniciada a chamada dos pacientes contemplados. Óculos – Sr. Reginaldo disse
183 que seu município vem enfrentando problemas com os óculos adquiridos via Consórcio.
184 Relatou que há reclamações recorrentes em reuniões de agendadores e grupos de mensagens,
185 mas ainda sem formalização, o problema consiste em entrega duplicada de óculos, enquanto
186 outros não receberam nada. O Sr. Diego solicitou que os municípios oficializem as
187 reclamações, para que o Consórcio possa excluir, ajustar e acelerar as correções no processo.
188 **Informes:** Protocolo de Regulação – já está finalizado, faltando apenas a validação formal.
189 Os protocolos seguiram juntamente com a convocação, os secretários que quiseram contribuir
190 com sugestões devem encaminhar ao e-mail institucional do Cismepar, centralizando o fluxo
191 de informações e facilitando a sistematização das propostas. Descredenciamento – O Sr.
192 Diego informou aos secretários que o Dr. Marcos José, tem enviado ofícios diretamente aos
193 prefeitos questionando atendimentos. Relatou que o profissional atuava como pneumologista
194 e realizava espirometrias, porém não possui o RQE (Registro de Qualificação de Especialista)
195 nessa área. Destacou que a renovação de seu contrato foi inviabilizada, pois sua especialidade
196 formal é cirurgia. Ônibus – O Sr. Rodrigo informou que o ônibus para Congresso em Foz do

197 Iguaçu está com saída programada para o dia dez de novembro, às oito horas, de Londrina,
 198 com ponto de encontro no Moringão, local amplo e adequado para embarques. A escolha do
 199 horário visa evitar imprevistos de estrada e garantir chegada com tranquilidade. O retorno será
 200 no dia quatorze, após o almoço. Nada mais havendo a tratar por ocasião desta discussão, deu-
 201 se por encerrada a reunião, e eu Simone S. O. Oussaki, Assessora Executiva, lavrando-se a
 202 presente Ata que, após lida e aprovada, foi assinada pelos presentes, de forma que esta será
 203 publicada no site do Cismepar em até cinco dias úteis e o arquivo de áudio e/ou vídeo desta
 204 reunião fica disponível para consulta aos interessados, sob guarda da Diretoria Executiva.

MUNICÍPIO	NOME
Alvorada do Sul	Beatriz Fabiano
Cambé	Talita Maria Bengozi Gozi
Florestópolis	Fabiano Fachina
Guaraci	Alex Fernandes Monteiro
Ibiporã	Leiliane de Jesus de Martini Lopes Vilar
Jataizinho	Angela Maria Menezes
Londrina	Vivian Biazon El Reda Feijó
Pitangueiras	Maria Aparecida dos Santos – procuração
Porecatu	Arilda Batista de Araújo
Prado Ferreira	Marilia Gabriela Salgado Alves
Rolândia	Erika Fernanda dos Santos Bezerra Ludwig
Sertanópolis	Giovana Zanin Martins Silva
Tamarana	Viviane Granado Barreira da Silva
Cismepar	Diego Augusto Buffalo Gomes

205